

**ATA DE REUNIÃO**  
**COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**  
PROAD 5295/2022

**Data e horário:** 29 de ago. de 2025 08:30 BRT

**Local:** VIRTUAL, via Google Meet



ATA DE REUNIÃO  
**COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

PARTICIPANTES			
Portarias GP.TRT4 nº 3.791/2022 e nº 6.801/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Dr. João Paulo Lucena	Desembargador do Trabalho, Coordenador do Comitê	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Cleusa Regina Halfen	Desembargadora do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Marçal Henri dos Santos Figueiredo	Desembargador do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Neusa Líbera Lodi	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Raquel Nenê Santos	Juíza do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dra. Luísa Rumi Steinbruch	Juíza do Trabalho, pela AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Luiz Antonio Colussi	Juiz do Trabalho, Vice-Diretor/Foro de Porto Alegre	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Diogo de Seixas Grimberg	Secretário-Geral da Presidência	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sr. João Luiz Peixoto da Silva	Diretor da Secretaria de Segurança Institucional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Fernando dos Santos Wilges (suplente)	Assessor da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Unidade de apoio executivo:** Secretaria de Segurança Institucional

**Secretário:** João Alberto Prestes Baptista, Técnico Judiciário.



## ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

### PAUTA

A quarta reunião do ano foi iniciada às 8h30min do dia 29 de agosto de 2025, de forma telepresencial, sendo aberta e conduzida pelo Desembargador Lucena, que, após cumprimentar a todos(as), passou a palavra ao servidor Peixoto.

#### **Assunto 1, Ciência ao Comitê sobre a decisão da Presidência sobre o PROAD nº 705/2025.**

O servidor Peixoto trouxe à ciência dos membros do Comitê o teor da decisão da Presidência a respeito do Proad nº 705/2025, encaminhado a partir de reunião deste Comitê como proposta para provimento dos cargos de Agente da Polícia Judicial, onde foi sugerido, como critério objetivo, uma proporcionalidade de 20% a 50% das vagas de concurso para preenchimento dos cargos vagos. Relatou que o tema foi analisado pela Presidência, sendo que, na correição recentemente realizada no Tribunal, foi emitida uma recomendação solicitando a recomposição, e a Presidência informou que haverá concurso no próximo ano, que reconhece a falta de efetivo e a necessidade de renovação do quadro, mas rejeitou a proposta de proporcionalidade no momento e que a definição é discricionária da Administração. Consultados, todos os participantes manifestaram ciência da decisão.

#### **Assunto 2, Ciência ao Comitê acerca do PROAD 1045/2023, que trata de Acórdão proferido no CSJT sobre Ata de Registro de Preços para aquisição de veículos blindados.**

O servidor Peixoto, para ciência dos membros, relatou o teor do Proad nº 1045/2023, que, em resumo, trata de uma decisão do CSJT que suspendeu uma Ata de Registro de Preços do TRT4 para aquisição de veículos blindados; que foi autuado um PCA-Procedimento de Controle Administrativo para analisar irregularidades pelo fato de o Tribunal adquirir



carro blindado sem regulamentação anterior do CSJT; ao final, o Conselho entendeu que não havia nenhuma medida adicional a ser adotada sobre a ata publicada, que foi instaurado um processo normativo no âmbito da Justiça do Trabalho para regulamentar futuras aquisições de veículos blindados e solicitou que nenhum tribunal adquira sem que haja regulamentação. O servidor Peixoto informou, ainda, que o STF, através de seu Secretário de Segurança, Marcelo Schettini, está usando as mesmas especificações deste TRT4 para aquisição de veículo blindado, e que o próprio CSJT também as utiliza. Relatou que a Secretaria de Segurança pretende fazer a blindagem de veículo de menor porte, o que não necessita aguardar regulamentação. O Desembargador Lucena comentou que o fluxo estabelecido no TRT4 vai acabar sendo o padrão adotado em todo o país. O servidor Peixoto finalizou, informando que a Presidência solicitou a ciência da decisão do CSJT ao Comitê, ao que os membros registraram sua ciência.

**Assuntos gerais.**

O servidor Peixoto abordou, em Assuntos Gerais, que o sistema de controle de acesso já está instaurado, funcionando em ambos os prédios, sem maiores problemas; que houve pedido de advogados no Foro de Porto Alegre para não passar pelas catracas, mas que o controle de acesso de pessoas e veículos é uma exigência do CNJ e do CSJT, e que a Secretaria de Segurança vai responder à Presidência sobre isso; esclareceu que, para os advogados, haverá a possibilidade de adquirir crachá que permitirá que eles passem direto pela catraca, e que, hoje, eles não perdem mais do que 2 minutos para fazerem o registro e terem acesso, sendo o tempo normal cerca de 30 segundos. O Juiz Colussi comentou que essa questão levantada pelos advogados é antiga no CNJ, que entraram com várias reclamações e foram todas indeferidas, diante da necessidade de observar as medidas de segurança; comentou, ainda, que já fez a biometria e que



ATA DE REUNIÃO

## COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

---

acha mais prático, sem precisar portar crachá. O servidor Peixoto ainda comentou sobre o sistema AEGIS e sobre o número de mandado de prisões em aberto que o sistema já detectou na região metropolitana de Porto Alegre e sobre o número de prisões realizadas pela Polícia Civil com o apoio dos Agentes da Polícia Judicial; os participantes comentaram sobre o aumento da sensação de segurança para os magistrados, para os advogados e pessoas que circulam no Foro; o servidor Peixoto comentou que, atualmente, o sistema detecta mandados para pessoas que irão frequentar as audiências, com até 20 dias de antecedência, cruzando informações com o PJe, mas que, no futuro, será aumentada a segurança, com o cruzamento de informações com o controle de acesso nas catracas, prevenindo até o ingresso nos prédios de pessoas com mandados de prisão em aberto. Assumindo a palavra, o Desembargador Lucena informou sobre os encaminhamentos para o fortalecimento da rede: sobre a visita do chefe estadual de polícia no mês de setembro para tratar do AEGIS; sobre as vagas em cursos de prevenção e combate de incêndio oferecidos pela Marinha em Rio Grande; sobre a formatura de Agente da Polícia Judicial em curso de Proteção de Autoridades patrocinado pela Polícia do Exército; e sobre atividades futuras em conjunto com o Corpo de Bombeiros, ressaltando, ao final, que tudo segue conforme alinhado aqui dentro do Comitê, com todos cooperando de forma ativa e muito produtiva para os envolvidos. Nada mais a tratar, o Desembargador Lucena agradeceu a presença de todos(as) e encerrou a reunião às 09h04min.

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.